

UNIDADE 2

PRINCIPAIS PESQUISAS E FONTES DE DADOS E INDICADORES

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

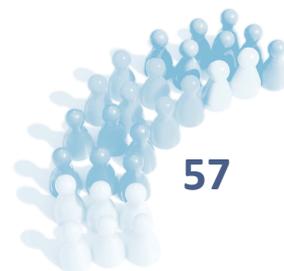
- ▶ Identificar as principais fontes de dados, pesquisas, publicações e sites para busca e construção de indicadores nas diversas temáticas sociais;
- ▶ Apontar as principais instituições produtoras de informação estatística no Brasil; e
- ▶ Elaborar diagnósticos mais atualizados e ricos da realidade brasileira.

INTRODUÇÃO

Prezado Estudante!

Vamos conhecer as principais pesquisas e fontes de dados para construção e busca dos indicadores socioeconômicos. Como você poderá constatar ao final desta seção, há muita informação relevante disponível nas bibliotecas, nas livrarias, na internet, pronta para ser usada e analisada em atividades de pesquisa e elaboração de diagnósticos para programas sociais, e referida a diversos contextos territoriais – municípios, estados e países. É preciso conhecer bem as características das fontes de informação, sua natureza censitária, administrativa ou amostral, sua cobertura populacional, a periodicidade de atualização e confiabilidade de seus dados. Vamos então conhecê-las!

O IBGE, os Ministérios e outras instituições nas três esferas estão sempre produzindo informação, seja como atividade-fim, como no caso das pesquisas do IBGE, seja como decorrência das atividades-meio na regulação, acompanhamento ou prestação de serviços públicos nas escolas, nos postos de saúde, nas delegacias. Tal conhecimento permitirá a especificação de um conjunto consistente de indicadores para uma determinada aplicação.



PRINCIPAIS PRODUTORES DE DADOS E INDICADORES NO BRASIL

Em conformidade com sua constituição federativa, no Brasil, as estatísticas sociais, econômicas e demográficas utilizadas para construção dos indicadores são produzidas, compiladas e disseminadas por diferentes agências, situadas em âmbito federal, estadual ou mesmo municipal. Através de uma rede capilarizada pelo território nacional, com unidades estaduais e agências municipais, o IBGE cumpre seu papel de agente coordenador do Sistema Estatístico Nacional, como produtor de dados primários, compilador de informação proveniente de Ministérios e como agente disseminador de estatísticas.

*No seu município ou próximo dele há uma agência do IBGE?
Você a conhece?*

Se você não conhece os locais de atendimento do IBGE nos estados e municípios brasileiros consulte <www.ibge.gov.br/home/disseminacao/locaisdeatendimento>. As agências estaduais de estatística – e em alguns casos, departamentos ou institutos municipais – também compilam uma ampla variedade de dados administrativos produzidos pelas Secretarias nos Estados e Municípios e, em alguns casos, também produzem dados primários provenientes de pesquisas amostrais. Os Ministérios também têm órgãos encarregados da produção ou organização de seus dados

administrativos, como o Ministério da Saúde, da Educação, da Previdência, do Trabalho, do Desenvolvimento Social etc.

Na realidade, mesmo as instituições públicas que não têm como finalidade a produção de informações se encontram continuamente gerando dados nos seus procedimentos administrativos e operacionais. Por exemplo, postos de saúde, escolas, postos de atendimento ao trabalhador, delegacias e outras unidades de prestação de serviços públicos situados nos bairros dos municípios acabam atuando como centros de produção de diversas informações de interesse na elaboração de diagnósticos, sobretudo para pequenas comunidades e territórios.

Assim, IBGE, agências ou departamentos estaduais e municipais de estatística e Ministérios integram, pois, o Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas no Brasil, cobrindo um escopo temático e territorial bastante abrangente. Pela cobertura territorial, regularidade na produção de dados e amplitude do escopo temático vamos detalhar, em seguida, o conjunto de pesquisas do IBGE, iniciando com um de seus principais levantamentos – o Censo Demográfico –, abordando depois a produção de outras instituições. Os Censos Demográficos foram criados com a finalidade original de contabilizar o tamanho da população, em suas regiões, para fins militares e fiscais. Modernamente, além de quantificar a demanda potencial de bens e serviços públicos e privados, os censos se prestam ao levantamento de uma gama variada de informações, muito importantes para a elaboração de indicadores de diagnóstico da realidade social.

No Brasil, implantados no final do Império e realizados com regularidade a partir do período republicano, os Censos Demográficos passaram por grandes aprimoramentos metodológicos e conceituais ao longo das décadas. O Censo de 1940 é tomado como o primeiro recenseamento moderno no Brasil, a partir do qual se procurou seguir as recomendações dos organismos internacionais no sentido de garantir melhor captação dos dados e comparabilidade dos resultados. A partir do Censo de 1960 introduziu-se a amostragem, permitindo uma ampliação significativa do escopo temático investigado no censo.

Uma apresentação multimídia das principais pesquisas do IBGE está disponível em <<http://br.video.yahoo.com>>, digitando no campo de buscas os termos pesquisas, IBGE. Vale registrar ainda que há páginas mais específicas para usuários iniciantes nas Estatísticas Públicas, apontando para Canais Temáticos no menu vertical do sítio <www.ibge.gov.br>.

“Brasil mostra a tua Cara: Imagens da População Brasileira nos Censos Demográficos de 1872 a 2000”, Texto de Discussão ENCE/IBGE n. 6, da Professora Jane Souto de Oliveira, faz uma interessante discussão de como os censos brasileiros foram incorporando e modificando sua temática de investigação a partir do contexto e da agenda de discussão política e econômica do país ao longo do século XX. Veja em <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/>.

Desde então, parcela da população passou a responder um questionário mais detalhado, além do questionário básico em que se coletam dados sobre características da moradia, relações de parentesco, sexo, idade e condição de alfabetização dos moradores. Veja a Figura 6.

2ª PESSOA		NOME:		
4.01 - SEXO		<input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO <input type="checkbox"/> 2 - FEMININO		<input type="checkbox"/> MARQUE A QUADRÍCULA, SE A PRÓPRIA PESSOA PRESTAR AS INFORMAÇÕES
4.02 - QUAL É A RELAÇÃO COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO?		<input type="checkbox"/> 02 - CÔNJUGE, COMPANHEIRO(a) <input type="checkbox"/> 05 - NETO(a), BISNETO(a) <input type="checkbox"/> 08 - AGREGADO(a) <input type="checkbox"/> 03 - FILHO(a), ENTEADO(a) <input type="checkbox"/> 06 - IRMÃO, IRMÃ <input type="checkbox"/> 09 - PENSIONISTA <input type="checkbox"/> 04 - PAI, MÃE, SOGRO(a) <input type="checkbox"/> 07 - OUTRO PARENTE <input type="checkbox"/> 10 - EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a) <input type="checkbox"/> 11 - PARENTE DO(a) EMPREGADO(a) DOMÉSTICO(a)		
ATENÇÃO: Registre o mês e ano de nascimento (Questão 4.03) e a idade em 31 de julho de 2000 (Questão 4.04). Se não for possível obter o mês e ano, esgotados todos os esforços, registre a idade presumida (Questão 4.05) em anos (se a idade for maior ou igual a 1 ano) ou em meses (se a idade for menor que 1 ano), deixando em branco os quesitos 4.03 e 4.04.				
4.03 - QUAL É O MÊS E ANO DE SEU NASCIMENTO?		4.04 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2000?		4.05 - QUAL É A SUA IDADE PRESUMIDA?
MÊS ANO <input type="text"/> <input type="text"/>		1 ANO OU MAIS EM MESES 2 <input type="text"/> anos 4 <input type="text"/> meses		1 ANO OU MAIS EM MESES 2 <input type="text"/> anos 4 <input type="text"/> meses
4.06 - SABE LER E ESCREVER?		<input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO		

Figura 6: Quesitos investigados dos indivíduos não responsáveis do domicílio do questionário básico do censo demográfico 2000

Fonte: <www.ibge.gov.br>

No Censo 2000, foram levantados no questionário da amostra mais de 70 quesitos de informação, cobrindo características domiciliares, infraestrutura urbana, posse de bens, características demográficas e educacionais dos indivíduos, inserção da mão de obra, rendimentos etc. Para cada tema foram levantadas informações bastante específicas, tanto em quesitos fechados (com alternativas de respostas pré-codificadas) como em quesitos abertos (para serem preenchidos a partir da resposta do entrevistado). No que se refere às características da mão de obra podemos constatar uma grande quantidade de quesitos para investigar a condição de atividade e de ocupação dos indivíduos, a ocupação exercida, o setor de atividade econômica em que se insere, a posição na ocupação ou categoria do emprego, o tamanho da firma etc. A investigação sobre características educacionais, de moradia ou migração é também igualmente detalhada. Assim, cada quesito de informação levantada no Censo Demográfico pode se constituir num indicador relevante, dependendo do detalhamento do diagnóstico ou do setor social de intervenção de um programa público.

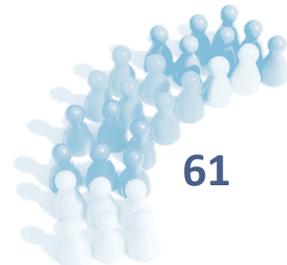
Até aqui vimos a importância do Censo Demográfico e suas contribuições. Mas, você sabe como e onde encontrar os resultados apurados?

Localizamos os resultados dos Censos Demográficos em publicações organizadas em vários volumes, abordando as diversas temáticas levantadas – domicílios, características gerais da população, migração e deslocamento, trabalho e rendimento, educação etc. – e podem ser consultados também na página do sítio do IBGE – <www.ibge.gov.br> – apontando na barra horizontal o tema População. Informações mais específicas do Censo e outras pesquisas do IBGE podem ser obtidas ainda através da ferramenta denominada SIDRA – <www.sidra.ibge.gov.br> –, na qual o usuário pode construir uma tabela a respeito de uma temática específica no acervo.

Em um país em que a sistemática de produção regular e organização de informação em nível municipal é ainda incipiente, o Censo Demográfico é um dos poucos levantamentos que permitem atualizar de forma abrangente, confiável e comparável, pelo menos de dez em dez anos, os diagnósticos socioeconômicos dos municípios, de seus distritos e bairros.

Realizar um Censo Demográfico em um país de dimensões continentais como o Brasil é uma **operação** extremamente complexa, pela mobilização de pessoal envolvido e pelo curto período de tempo de execução. Existe uma previsão para o próximo Censo, em 2010, que o IBGE precisará contratar mais de 220 mil pessoas para as atividades de coleta de dados nos cerca de 58 milhões de domicílios para supervisão e apoio administrativo. Felizmente, a evolução da microinformática – e o barateamento dos equipamentos – vai permitir que se empregue os *palmtops* –

Para ter uma ideia do esforço de realização de um levantamento censitário na apresentação multimídia acesse o sítio <<http://br.video.yahoo.com>>, e digite no campo de buscas os termos censo, IBGE.



com GPS – no lugar dos questionários em papel na maior parte dos cerca de 280 mil setores censitários em que o território nacional vai ser dividido.



Os *palmtops* com GPS, isto é, os computadores de mão com capacidade de registro da posição geográfica do domicílio – em termos de latitude e longitude – já foram usados na Contagem Populacional 2007 e Censo Agropecuário 2006, iniciando a construção de um Cadastro Nacional de Endereços para uso do IBGE em suas demais pesquisas. Nessa mesma ocasião foram também georreferenciadas parte das escolas e outros equipamentos públicos existentes nos municípios brasileiros, criando muitas potencialidades de uso combinado entre a informação estatística e a informação geográfica.

As pequenas divisões territoriais criadas pelo IBGE por ocasião dos censos – setores censitários, como ilustrado na Figura 7 – constituem uma área geográfica contígua de cerca de 300 domicílios na zona urbana e, por questões de sigilo estatístico, ou seja, para não expor publicamente as características específicas de cada domicílio recenseado, eles representam a menor Unidade de divulgação dos resultados do censo. Naturalmente, as informações estatísticas disponíveis nessa escala geográfica são apenas aquelas levantadas no questionário básico do censo.

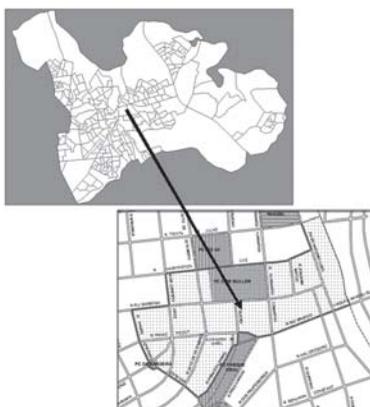


Figura 7: Divisão em setores censitários de um município e as quadras destacadas em um deles

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000/Estatcart

As informações coletadas por meio do questionário da amostra do censo – certamente as mais ricas do ponto de vista analítico – são divulgadas em unidades agregadas de 10 ou mais setores, as chamadas áreas de ponderação, para garantir que as estatísticas e os indicadores computados não sejam apresentados com erro amostral muito elevado. Tal como as informações gerais do município, os dados por setores podem ser acessados no **sítio do IBGE**.

Esse detalhamento geográfico da informação estatística possibilita a formulação de programas sociais com nível de detalhamento e alcance bastante variados, adequados ao tamanho, volume de recursos, abrangência geográfica e aos objetivos políticos das diferentes esferas de governo. Eles permitem delimitar com uma razoável precisão geográfica, em uma escala inframunicipal, as áreas não atendidas por serviços públicos, os bolsões de pobreza, os pontos ou manchas urbanas que requerem programas de ação pública. Com esses dados podemos estimar demandas sociais para programas de atendimento universal nas áreas da saúde, educação, emprego, assim como também o tamanho do público-alvo específico de alguns programas sociais focalizados, como Bolsa-Família, Frente de Trabalho ou outros programas na área da Assistência Social.

Foram essas as motivações que levaram o Ministério do Desenvolvimento Social a desenvolver juntamente com o IBGE o aplicativo “Indicadores territoriais da população de baixa renda por setores censitários”, que permite a elaboração de cartogramas e tabelas com indicadores em nível inframunicipal. Observe na Figura 8 um cartograma do indicador de proporção de domicílios com renda de até $\frac{1}{2}$ salários mínimos *per capita* em nível de setor censitário do Rio de Janeiro em 2000.



Para conhecer os resultados por setores censitários do Censo Demográfico 2000 consulte <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>.

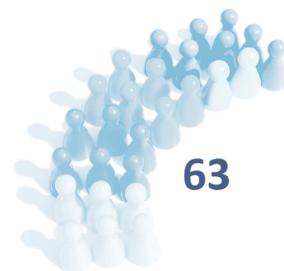




Figura 8: Cartograma – Rio de Janeiro 2000
Fonte: IBGE/MDS

Esta possibilidade de dispormos de informação estatística por setor censitário (ou área de ponderação) não parece ter sido explorada em toda sua potencialidade por parte de formuladores e gestores de programas sociais, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Quando tratamos de fazer diagnósticos sociais mais detalhados territorialmente empregamos, em geral, indicadores médios computados para os municípios, “escondendo-se” os bolsões de iniquidades presentes dentro de cada um dos municípios brasileiros. Os indicadores médios de rendimentos ou infraestrutura urbana do Município de São Paulo ou do Rio de Janeiro são, por exemplo, bem melhores que a média geral dos municípios brasileiros. Contudo, se os indicadores forem computados ao nível de setores censitários poderemos constatar no território paulistano a diversidade de situações de condições de vida encontrada pelo território nacional. Ou seja, é possível encontrar bolsões de pobreza na capital paulistana ou fluminense com características de alguns municípios do Nordeste.

Há ainda uma última observação importante a fazer acerca dos censos brasileiros: embora tenhamos enfatizado a utilidade do levantamento na produção de um conjunto multitemático de informações socioeconômicas, os censos cumprem a finalidade fundamental de registrar o total da população residente nos municípios.

Mas o que é população? Você já parou para definir este termo comumente utilizado por todos nós?

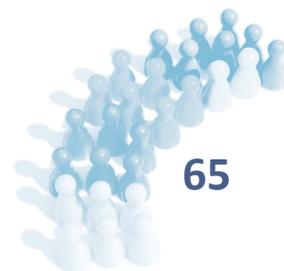
População é um critério básico para repartição de vários tributos e recursos públicos e, particularmente, do Fundo de Participação dos Municípios, fundo esse que responde pela sobrevivência financeira da maior parte dos municípios de pequeno porte no país. Pelo tamanho da população definimos também o número de vagas nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e das bancadas de deputados dos estados na Câmara Federal. Daí a importância de termos o registro de população por sexo e idade realizado nos censos fornece o insumo básico para planejamento da demanda de serviços públicos a atender, como a população em idade escolar, crianças a vacinar, gestantes a atender etc.

Embora o IBGE produza estimativas populacionais para o período pós-censitário, é possível que não estejamos captando a dinâmica demográfica específica dos municípios – no sentido de intensificação migratória ou evasão populacional, por exemplo. Por essa razão existe a preocupação de introdução das Contagens de População no período intercensitário, como o foi, por exemplo, a Contagem Populacional de 1996 e a de 2007, esta última não estendida a diversos municípios de maior porte populacional no país.

Mas você pode estar se perguntando: será que o IBGE fica parado no período que separa os Censos Demográficos? Evidentemente que não, pois todo dia seu pessoal está em campo ou no escritório levantando dados, organizando informações ou produzindo conhecimento. Vamos conhecer então outras pesquisas sociais do IBGE, começando pela principal delas: a PNAD ou Pinadi, para os íntimos como você, depois de ler esse material e buscar outros documentos sugeridos nesta seção. Vamos lá?



Veja os resultados e características específicas desses levantamentos em <www.ibge.gov.br>, apontando para o tema População na barra de meu horizontal superior.



PRINCIPAIS PESQUISAS AMOSTRAIS E INSTITUCIONAIS DO IBGE

Em 2007, a PNAD completou 40 anos, para a qual se fez uma apresentação multimídia, disponível em <<http://br.video.yahoo.com>>, digitando no campo de buscas os termos PNAD, IBGE.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, tem por objetivo atualizar anualmente as informações levantadas pelo Censo Demográfico ao nível do país, unidades da Federação e principais regiões metropolitanas. Como a amostra é muito menor que a usada por ocasião do censo – por questões de custo e agilidade na coleta – a pesquisa não prevê a desagregação de seus dados na escala municipal. Foi criada em 1967 e, desde então, vem passando por reformulações conceituais e metodológicas, constituindo-se em um levantamento fundamental para atualizar os indicadores sociais do país e dos estados. Mercado de Trabalho, Educação, Características Demográficas, Migração e outros temas são, pois, investigados todo ano na pesquisa, além de outros temas mais específicos, de interesse dos ministérios e outros agentes, como os relacionados no Quadro 9.

Temas básicos

Características domiciliares (material da construção, serviços urbanos, valor do aluguel etc)

Características gerais da população (relação de parentesco, sexo, idade, cor/raça etc)

Características educacionais (frequência à escola, última série e nível concluído etc)

Migração (local de nascimento, local de residência anterior etc)

Inserção no mercado de trabalho (condição de atividade, ocupação, setor de atividade etc)

Rendimentos (rendimentos do trabalho, aposentadoria, transferências, pensões etc.)

Quadro 9: Temas básicos e temas especiais investigados na PNAD – 2000

Fonte: Elaborado pelo autor

<p>Temas especiais levantados em suplementos:</p> <p>2001 Trabalho Infantil</p> <p>2003 Acesso e Utilização de Serviços de Saúde</p> <p>2004 Aspectos Complementares de Educação e Acesso a Transferências de Renda</p> <p>Segurança Alimentar</p> <p>2005 Acesso à internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal</p> <p>2006 Aspectos Complementares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil</p> <p>Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais</p>

Quadro 9: Temas básicos e temas especiais investigados na PNAD – 2000
Fonte: Elaborado pelo autor

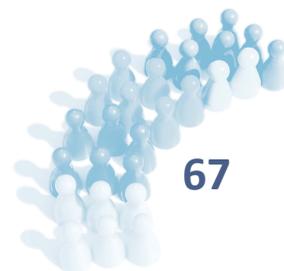
Um dos aprimoramentos importantes da pesquisa foi realizado no início dos anos 1990, com a modificação de conceitos e protocolos de coleta de informações acerca da condição de atividade e trabalho, além de ampliação do conjunto de quesitos básicos, levantados anualmente. Em 2004 a pesquisa passou a coletar dados na zona rural dos estados da região Norte, superando os desafios logísticos e financeiros que a operação de campo apresenta nessa extensa e pouca adensada região brasileira. Há planos para, a partir de 2011, tornar a pesquisa contínua, com levantamentos mensais, com maior possibilidade de detalhamento e coleta de novas informações.

Anualmente, além de **publicação** com resultados gerais para o país e regiões, seus dados compõem a Síntese de Indicadores Sociais e o Brasil em Números, publicações fundamentais para acompanhamento da conjuntura social brasileira.

A necessidade de prover informações para que o governo, agentes privados e sociedade civil possam acompanhar a conjuntura macroeconômica do país e suas regiões e, mais especificamente, acompanhar as dimensões do nível de emprego e renda, levou a que o IBGE implantasse em 1980 a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) nas principais regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife). As informações levantadas permitem a divulgação dos indicadores convencionais de mercado de trabalho, como taxa de participação, taxa de desemprego, rendimento médio do trabalho e outros dados



Para entender melhor o conjunto de informações levantadas na pesquisa, visite o sítio do IBGE - <www.ibge.gov.br> - apontando para População na barra do menu horizontal superior.



mais específicos, como as pessoas subocupadas, desalentadas etc., como mostra o Quadro 10.

Taxa de Ocupação
Taxa de Desocupação
Pessoas em Idade Ativa
Pessoas Economicamente Ativas
Pessoas Não Economicamente Ativas
Pessoas Ocupadas
Pessoas Desocupadas
Pessoas Marginalmente Ligadas à PEA
Pessoas Desalentadas
Pessoas que Saíram do Último Trabalho no período de 365 Dias
Pessoas Subocupadas por Insuficiência de Horas Trabalhadas

Quadro 10: Dados e Indicadores de mercado de Trabalho investigados na PME
Fonte: Elaborado pelo autor

Um aspecto metodológico importante da pesquisa é o seu desenho amostral, definido como o de um painel rotativo em que os domicílios permanecem um certo tempo na amostra, sendo depois substituídos. Tal delineamento é típico de pesquisas de avaliação conjuntural ou de avaliação de efeitos de políticas sociais, em que parte da variabilidade inerente ao processo de amostragem é controlada (manutenção de parcela dos respondentes). Seus resultados são divulgados em boletins mensais, com grande destaque nos principais jornais e *blogs* de comentaristas econômicos do país.

Em meados da década de 1980 foi implantada na Região Metropolitana de São Paulo, através de convênio da Fundação SEADE e DIEESE, e depois levada para outras localidades (Porto Alegre, Salvador, Recife, Distrito Federal e Belo Horizonte), a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que é outra pesquisa periódica sobre o mercado de trabalho. Sua principal diferença com relação à PME é de ordem conceitual, no que diz respeito à condição de atividade e à situação de desemprego, referido a um período de procura maior e que contempla também o contingente de indivíduos em desemprego oculto (pelo trabalho precário e pelo desalento).

De modo a garantir a precisão das estimativas mensais da pesquisa, os resultados publicados correspondem a médias móveis trimestrais. Os resultados são divulgados em boletins mensais, pela imprensa e internet <www.seade.gov.br>.

Além dessas pesquisas domiciliares, PNAD e PME, há ainda a [Pesquisa de Orçamento Familiar \(POF\)](#), realizada de cinco em cinco anos nas duas últimas décadas. Embora a finalidade principal da POF seja a de permitir a atualização da base de ponderação dos índices de preços – indicadores que medem a inflação –, suas informações sobre pauta de consumo e gastos com produtos e serviços se prestam a subsidiar estudos sobre mudanças de estrutura de despesas familiares e sobre o custo de vida relativo de cada item de gastos no orçamento doméstico (habitação, saúde, educação, transporte etc.). Servem também para fazer comparações de custo de vida e padrões de consumo alimentar entre regiões. Mais recentemente, pela abrangência territorial da pesquisa, cobrindo áreas urbanas e rurais, a POF também tem sido utilizada para elaborar e valorar cestas de consumo alimentar básico, insumo importante para formulação e monitoramento de programas de transferência de renda e voltados ao combate à pobreza. A inclusão de procedimentos de medição de altura e pesagem de crianças residentes nos domicílios investigados nessas pesquisas confere-lhe ainda maior aplicabilidade em estudos de pobreza e avaliação de programas sociais na área.

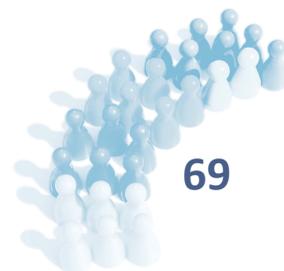


Saiba mais

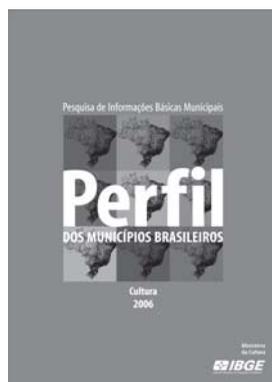
POF

A partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 e do Censo 2000, o IBGE, em parceria com o Banco Mundial, desenvolveu o aplicativo em DVD, Mapa de Pobreza e Desigualdade, que permite localizar, em nível de municípios, a incidência de pobreza, a distância média dos pobres em relação à linha de pobreza (hiato) e a desigualdade entre os pobres (severidade ou profundidade da pobreza), considerando 20 linhas regionais de pobreza absoluta. Também foram criados indicadores de pobreza subjetiva ou seja, autodeclarada. Veja uma descrição do produto no sítio do IBGE.

Você sabia que os Censos Demográficos e as pesquisas amostrais que levantam dados para acompanhamento das condições de vida e do mercado de trabalho são realizados, como se informou, nos domicílios dos brasileiros? Afinal, é preciso entrevistar diretamente a população para saber como



ela tem tido acesso aos programas públicos e a outras oportunidades em seu cotidiano, e se suas condições estão melhorando ou não. Mas há outros tipos de pesquisa que o IBGE realiza com instituições e estabelecimentos, que podem prover informações relevantes acerca da oferta e disponibilidade de serviços e equipamentos. Vamos conhecê-las?



Dentre as pesquisas sociais de natureza institucional do IBGE, um levantamento importante é a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, ou simplesmente MUNIC. Os resultados da MUNIC – questionário de Gestão e Suplementos – podem ser consultados em publicações disponíveis para *download* no sítio do IBGE. Os arquivos com as variáveis e indicadores para cada município também podem ser baixados, acessando o ícone da pesquisa em Canais de Informação, na página principal da instituição. Ou seja, trata-se de uma pesquisa anual de caráter censitário junto às prefeituras dos mais de cinco mil municípios brasileiros, levantando um conjunto básico de informações sobre a estrutura administrativa, nível de participação e formas de controle social (existência de conselhos municipais), existência de legislação e instrumentos de planejamento municipal (como a institucionalização do Plano de Governo, Plano Plurianual de Investimentos, Plano Diretor, Lei de Parcelamento do Solo, dentre outros) e outros temas gerais ou mais específicos, como a disponibilidade de recursos para promoção da justiça e segurança (existência da delegacia de mulheres, juzizados de pequenas causas etc.), existência de equipamentos específicos de comércio, serviços da indústria cultural e lazer, como bibliotecas públicas, livrarias, jornais locais e ginásios de esporte.

Essa pesquisa tem sido usada pelos Ministérios “mais jovens” – que ainda não dispunham de sistema de informações estruturados – para levantar aspectos da gestão municipal e da infraestrutura física de equipamentos necessários à implementação de programas e políticas federais, como podemos verificar no Quadro 11.

2002	Organização da estrutura de gestão do Meio Ambiente e da Agenda 21
2003	Organização, eventos, equipamentos públicos na área dos Esportes
2005	Organização, pessoal, estrutura de conselhos na área da Assistência Social
2006	Organização, pessoal, equipamentos públicos e eventos na área da Cultura
2008	Organização e Oferta de Serviços Públicos de Transporte e Gestão das Questões Ambientais

Quadro 11: Temas especiais investigados em suplementos da MUNIC nos anos 2000
Fonte: IBGE

A MUNIC nos permite construir indicadores para retratar o grau de participação e controle popular da ação pública e também indicadores para caracterizar o estágio de desenvolvimento institucional para as atividades de planejamento e gestão municipal pelo país. Com a crescente descentralização na implementação das Políticas Públicas, indicadores dessas naturezas – de avaliação do controle social e da capacidade de gestão municipal - são extremamente importantes para aprimorar a efetividade dos programas no Brasil.

A pesquisa Assistência Médico Sanitária (AMS) corresponde a um censo de estabelecimentos de saúde no país, identificando volume e qualificação de pessoal, equipamentos e outros recursos disponibilizados para atendimento médico-sanitário da população. Com isso, pode-se ter uma ideia mais clara e precisa do nível e diversidade da oferta de serviços de saúde pelo país, através da construção de indicadores de infraestrutura e esforços de políticas na área de saúde.

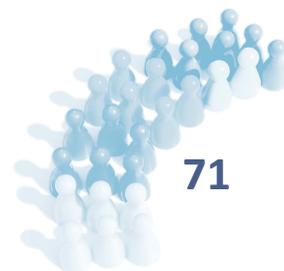
A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) tem a finalidade de complementar o quadro informacional sobre Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Tratamento de Resíduos, Limpeza Urbana e Sistema de Drenagem Urbana.



Saiba mais

MUNIC

Você pode aprender mais sobre a tipologia de grau de institucionalização e estruturação do planejamento nos municípios brasileiros com base nos dados levantados na MUNIC com Menezes e Jannuzzi (2005), no texto da *Revista de Desenvolvimento Econômico*, n. 12, disponível em: <<http://www.ppdru.unifacs.br/cedre/revista.htm>>. E ainda no texto, também de Jannuzzi e Loureiro (2003), publicado na revista *TransInformação*, n. 15, disponível em <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/>>, onde foram empregados dados da pesquisa para criar uma tipologia dos estados brasileiros com relação à disponibilidade de equipamentos e serviços culturais.



Podemos, assim, dispor de indicadores mais específicos sobre a estrutura e qualidade dos serviços de infraestrutura urbana, que não se limitam a apontar o grau de cobertura populacional atendida. Com os dados levantados nessa pesquisa, é possível construir indicadores de volume de água ofertada *per capita*, do tipo de tratamento e volume da água distribuída à população, de volume e destino do esgoto e lixo coletado, dentre outros aspectos.

Por fim, vale destacarmos que uma das fontes mais antigas de informação periódica para a construção de indicadores sociais no país é o Registro Civil. O Registro Civil foi instituído no Brasil em 1888, com o objetivo de conferir caráter legal aos eventos vitais de nascimentos, óbitos e atos civis, como casamentos, opções de nacionalidade etc. Diferentemente de outros países, em que o registro destes eventos é realizado pelas prefeituras, no Brasil é uma atribuição do Poder Judiciário, que o delega a Cartórios de Registro Civil. As informações básicas sobre nascimentos e óbitos são compiladas pelo IBGE e, em alguns casos, também pelos órgãos estaduais de estatística. São publicadas anualmente nas Estatísticas do Registro Civil. Contudo a qualidade desses registros – sobretudo a cobertura efetiva dos eventos – ainda não está plenamente assegurada pelo país, afetando o cômputo de indicadores de interesse para a área de saúde, como as taxas de mortalidade infantil e mortalidade por causas.



REGISTROS ADMINISTRATIVOS, CADASTROS PÚBLICOS E DADOS DE PROGRAMAS

Além do IBGE, há também esforços de várias instituições públicas em disponibilizar informações de seus cadastros e registros de forma mais periódica, fato que se deve à necessidade não só de monitoramento da ação governamental, mas também de facilidades que as novas tecnologias de informação e comunicações têm proporcionado. Os órgãos estaduais de estatística, os Ministérios da Saúde, da Educação, do Trabalho, do Desenvolvimento Social, da Previdência Social, das Cidades, e a Secretaria do Tesouro Nacional disponibilizam, pela internet, informações bastante específicas – em escopo temático e escala territorial – a partir de seus registros e sistemas de controle internos, que podem ser úteis para construir indicadores de monitoramento de programas.

O Ministério do Trabalho foi uma das instâncias federais da Administração Pública pioneiras no uso de dados administrativos para monitoramento social, já no final dos anos 1970. Os dois sistemas de informação do Ministério são a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – constituída e atualizada a partir dos dados que as empresas e empregadores de mão de obra são obrigados a enviar, anualmente, ao Ministério do Trabalho – e o

 Programa de Disseminação Introdução às Bases de Dados RAIS e CAGED	 EEC Forma de acesso e uso
 Análise Mensal e Anual Forma de acesso e uso	 ISPER Forma de acesso e uso
 Anuário Estatístico RAIS Forma de acesso e uso	 Perfil do Município Forma de acesso e uso
 RAIS Estabelecimento Base de dados	 RAIS Trabalhador Base de dados
 CAGED Estabelecimento Forma de acesso e uso	 CAGED Estatístico Base de dados
 RAISHIGRA Base de dados	 SGT Séries Instalação e uso
 SGT micro 7.1 Instalação, habitação e uso	 SGT Internet Forma de acesso e uso

 **Saiba mais**
Dados

Para termos acesso a estas fontes de dados precisamos ir ao sítio do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho do Ministério <www.mte.gov.br/pdet>, pela qual podemos obter também instruções didáticas de uso, vídeos e cuidados na interpretação das tabelas produzidas com dados RAIS e CAGED. Há vários produtos informacionais desenvolvidos, como os boletins eletrônicos, o Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER), o Perfil do Município e os recursos *online* para tabulação específica, conforme necessidades do usuário.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Estes dados dispõem sobre as características básicas dos empregados, como sexo, idade, escolaridade, salário, funções exercidas, e dos estabelecimentos, como setor de atividade, número de admissões e desligamentos. O sistema RAIS é, em tese, um censo administrativo sobre mercado de trabalho, já que todos estabelecimentos e pessoas físicas que, mesmo não tendo organização empresarial, tenham mantido como empregadores alguma relação de emprego, em algum momento do ano, devem apresentar, no início do ano subsequente, declaração anual à RAIS. Nestes termos estão inclusos os empregados celetistas, estatutários, trabalhadores temporários e avulsos.

Na prática, como apontam diversos trabalhos, a RAIS é um retrato parcial do mercado de trabalho brasileiro, não representativo em termos globais, regionais e setoriais. Pela sua própria regulamentação, a RAIS exclui do seu universo os trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo empregatício formal com sua organização e a mão de obra sem registro em carteira de trabalho. Está fora do levantamento da RAIS grande parcela do mercado de trabalho brasileiro.

Mesmo com estas limitações, as informações da RAIS podem ser de grande utilidade para o planejamento público, em especial, para o planejamento municipal ou micro-regional, pela possibilidade de desagregação espacial de seus dados e sua periodicidade anual. De fato, na falta de outras fontes, a RAIS tem sido empregada para analisar mudanças da estrutura ocupacional dos mercados formais de trabalho nas diversas regiões e localidades do país, subsidiando a formulação e acompanhamento de programas de qualificação de mão de obra. A Figura 10 traz uma ilustração da potencialidade dos dados da RAIS para analisar a dinâmica das ocupações que mais cresceram e mais perderam vagas em um ano em uma região do país, com detalhamento das ocupações que mais cresceram e

que mais perderam vagas em nível de 6 dígitos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – durante um determinado ano em uma região do país.

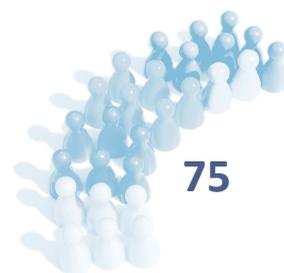
Ocupações com os melhores desempenhos	Ocupações com os piores desempenhos
CBO 784205 - Alimentador de linha de produção CBO 717020 - Servente de obras CBO 622110 - Trabalhador da cultura de cana CBO 991405 - Trabalhador da manutenção de edificações CBO 521110 - Vendedor de comércio varejista CBO 411005 - Auxiliar de escritório, em geral CBO 782510 - Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais) CBO 641015 - Tratorista agrícola CBO 724205 - Montador de estruturas metálicas CBO 514210 - Faxineiro	CBO 621005 - Trabalhador agropecuário em geral CBO 622505 - Trabalhador no cultivo de árvores frutíferas CBO 414210 - Apontador de produção CBO 762005 - Trabalhador polivalente do curtimento de couros e peles CBO 841315 - Operador de moenda na fabricação de açúcar CBO 620105 - Supervisor de exploração agrícola CBO 511215 - Cobridor de transportes coletivos (exceto trem) CBO 514205 - Coletor de lixo CBO 848515 - Desossador CBO 515225 - Auxiliar de produção farmacêutica

Figura 10: Exemplo da exploração da RAIS
 Fonte: Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo

Podemos observar que a CBO, que corresponde a um sistema de denominação, organização e classificação das profissões e atividades exercidas pela força de trabalho, em sua versão 2002, estrutura as ocupações segundo uma lógica hierárquico-piramidal, na qual as 2.422 ocupações (e seus 7.258 títulos ocupacionais sinônimos) são agrupados em 596 famílias ocupacionais. Estas famílias ocupacionais são agregadas em 192 subgrupos, que por sua vez se classificam em 47 subgrupos principais, reunidos, por fim, em 10 grandes grupos de ocupações. Vale observarmos que essas famílias passaram por algumas adaptações para uso nas pesquisas domiciliares do IBGE, como no caso do Censo 2000, dando origem à CBO-Censo, com 510 famílias.

Já o sistema CAGED foi criado com o objetivo mais específico de acompanhar e fiscalizar o processo de admissão e dispensa de trabalhadores. Pela lei que o instituiu, as empresas com empregados celetistas são obrigadas a declarar mensalmente a movimentação de seus empregados, informando acerca de suas características básicas (sexo, idade, escolaridade) e ocupacionais (ocupação, regime de horas, remuneração mensal). Pelas mesmas razões apontadas para a RAIS, o CAGED também não pode ser usado como uma fonte de dados representativos da totalidade do mercado de trabalho. Contudo, ainda que com cobertura parcial, a fonte pode ser usada para cômputo de indicadores conjunturais do

Consulte a CBO no site do Ministério do Trabalho, em <www.mteco.gov.br>.



mercado de trabalho, como taxa de flutuação do emprego, taxa de rotatividade da mão de obra etc.

Diante do exposto podemos afirmar que os dados da RAIS e CAGED apresentam muitas limitações?

Sim, pois não podemos esquecer que extrapolações de resultados dos Censos (para períodos distantes do levantamento de campo) ou das PNADs (para unidades geográficas menores que os previstos no plano amostral) também padecem de uma série de problemas e restrições.

Embora já existam há algumas décadas, as bases de dados nas áreas de Educação e Saúde – áreas mais avançadas em termos da descentralização dos programas – muitas e expressivas foram as formulações nos últimos anos. Fazendo uso dos novos recursos tecnológicos da informática e telecomunicações, os Ministérios da Educação e da Saúde criaram interfaces de fácil operação na consulta de suas bases de informação.

Na área da Educação, a principal base de dados e indicadores é o **Edudatabrasil**, organizado e mantido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), a partir de informações levantadas anualmente no Censo Escolar (ensino pré-escolar, fundamental e médio) e no Censo do Ensino Superior.

Você conhece o sítio do INEP? Vamos olhar juntos?

Então, acesse <<http://www.inep.gov.br/>> e observe que lá temos informações acerca das matrículas, evasão e aprovação, volume de alunos e suas características básicas, equipamentos e edificações existentes, pessoal técnico-administrativo, professores e suas características de formação e titulação. Veja a Figura 11.

O acesso ao Edudatabrasil se dá pela página principal do INEP ou pelo endereço <www.edudatabrasil.inep.gov.br>. Nesse sítio há um manual de ajuda para utilização do sistema e um glossário de Indicadores Educacionais.

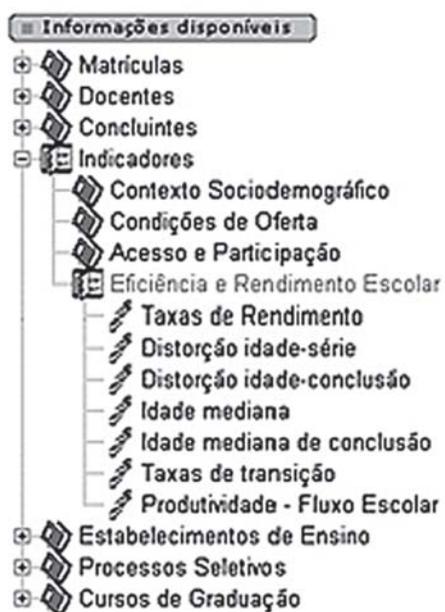


Figura 11: Informações INEP
 Fonte: <<http://www.inep.gov.br/>>

As séries históricas permitem análises e diagnósticos para avaliação de programas implementados em estados e municípios. Outras informações importantes para avaliação das políticas na área são os resultados dos sistemas de avaliação do desempenho dos alunos e instituições, como o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação básica), o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), já apresentado. Essas fontes de dados passarão a ter papel cada vez mais importante na avaliação de políticas na área, na medida em que a ênfase da avaliação passe a focar a qualidade de ensino e não apenas a questão da universalização da educação básica.

O sistema de informações para diagnóstico, monitoramento e ação do Ministério da Saúde é composto de vários registros administrativos: Estatísticas de Mortalidade, Programa de Vacinações, Notificação de Nascimentos e as informações produzidas no âmbito dos Municípios e no Sistema Único de Saúde, como os dados sobre internações hospitalares na rede conveniada.

Todos eles estão integrados em uma interface comum no sistema DATASUS. Com isso, é possível obtermos, por exemplo, informações desagregadas por estado ou município (de residência ou ocorrência) da mortalidade por causas específicas, cobertura vacinal, equipamentos físicos e leitos hospitalares por especialidade, volume de internações hospitalares e consultas ambulatoriais, taxas de morbidade por grupos de doenças, referidos a sexo e faixas etárias específicas. Algumas séries históricas são relativamente extensas (em se tratando de estatísticas públicas no Brasil). Estas bases constituem-se, pois, em fontes fundamentais para o planejamento de ações na área de saúde em todas esferas de governo no país. Um dos produtos informacionais importantes, além do relatório *Indicadores e Dados Básicos*, já apresentado anteriormente, que sistematiza informações em saúde na escala estadual, é o **Caderno e Informação em Saúde**, que apresenta numerosos dados e indicadores para diagnóstico e monitoramento em Saúde em nível municipal.

Os *Cadernos de Informações em Saúde* podem ser obtidos em <www.datasus.gov.br>, apontando para Informações em Saúde e, em seguida, Indicadores de Saúde.

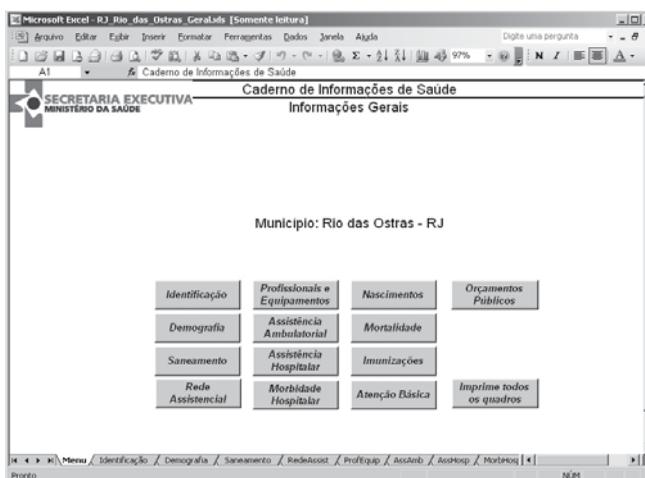


Figura 12: Estrutura dos Cadernos de Informações em Saúde
Fonte: <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rj.htm>

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome também vem se esforçando em disponibilizar as informações de seus cadastros e programas para o público, sobretudo a sua Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Em sua página há uma série de recursos para consulta, entre os quais vale citar a

Matriz de Informações Sociais. A MI Social é um sistema de monitoramento dos programas, projetos e ações sociais conduzidos pelo Ministério, no qual são disponibilizadas informações e indicadores sociais para municípios, microrregiões e estados. Outro material importante disponível é o acervo de publicações técnicas e os resultados de pesquisas de avaliação dos programas sociais implementados pelo MDS.

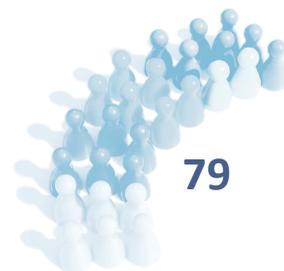
O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) mantido pelo MDS é, certamente, um banco de dados que poderá ser muito útil para produção de indicadores sociais nos próximos anos. O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, usado para seleção de beneficiários do **Bolsa-Família** e para integração de programas sociais do governo federal. As principais informações das famílias cadastradas são: características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de membros, existência de gestantes, idosos, mães amamentando, deficientes físicos); identificação e documentação civil de cada membro da família; qualificação escolar dos membros da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; rendimentos e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

A Secretaria Nacional de Renda da Cidadania – gestora do programa Bolsa Família e responsável pela manutenção do Cadastro Único – desenvolveu um aplicativo que permite acessar os dados do Cadastro e selecionar famílias com as características apontadas como relevantes para o gestor usuário. É certamente uma ferramenta muito importante não apenas para elaborar indicadores e perfis socioeconômicos das famílias de baixa renda no Brasil, como também para dimensionar e identificar o público-alvo de programas sociais específicos, seja da Assistência Social, seja das demais áreas do governo, nos três níveis federativos – federal, estadual e municipal.

O Cadastro Nacional de Informações Sociais mantido pelo Ministério da Previdência Social é outra base de dados a ser explorada nos próximos anos. A produção de informações em nível



Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso em: 12 ago. 2009.



Para saber mais sobre este aplicativo acesse o sítio <www.cidades.gov.br> selecionando Capacitação e, depois, PROEXT. Lá você vai encontrar material para capacitação no aplicativo web e no Terraview (outra ferramenta de geoprocessamento que o INPE desenvolveu). Ambos atendem boa parte das demandas de municípios que planejam implantar a tecnologia de geoprocessamento na gestão territorial.

municipal desse cadastro – sobre vínculos empregatícios ou de contribuições previdenciárias, características demográficas do contribuinte etc. – cruzadas com os dados do CadÚnico poderá complementar a lacuna de dados sobre o mercado de trabalho não captado pela RAIS e CAGED.

Mais recentemente, o Ministério das Cidades desenvolveu juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o aplicativo web Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC), que permite integrar as estatísticas municipais do IBGE e outras instituições com informações sobre projetos do governo federal – e de cada município – em mapas dinâmicos. Na realidade é um aplicativo com funções de uma ferramenta de geoprocessamento, permitindo combinar diferentes camadas de informação digital e analógica, como limites municipais, malha rodoviária, localização de escolas e diversas outras em diferentes escalas (até mesmo setor censitário). Conheça uma tela deste aplicativo observando a Figura 13.

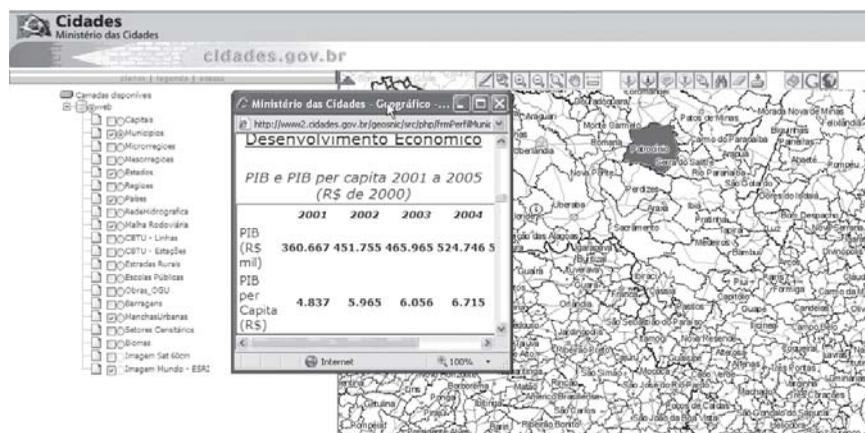


Figura 13: Tela do aplicativo Sistema Nacional de Informações das Cidades
 Fonte: <<http://geosnic.cidades.gov.br/MC/src/php/app.php>>

Falando em INPE, vale a pena destacarmos, dentre tantas atividades importantes lá desenvolvidas, o projeto Espaço e Sociedade, que desenvolve parcerias de pesquisas para uso da tecnologia de processamento e interpretação de imagens de satélites para várias áreas em Políticas Públicas, como Sistemas de

Vigilância Epidemiológica, Planejamento e Gestão de Cidades, Análise Criminal com Dados Espaciais, Territorialização das Políticas de Assistência Social, Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais, entre outras aplicações.

Através do INEP podemos consultar projetos de pesquisa, artigos, oportunidades de capacitação, aplicativos em geoprocessamento – Terraview, Spring – previsão de tempo etc. Você sabia?

Para conhecer navegue em <<http://www.dpi.inpe.br/espacosociedade/>> e em outras páginas do INPE. Além disso, o INPE disponibiliza gratuitamente as imagens do território brasileiro produzidas por diferentes satélites – em especial os da série CBERS – atualizadas com frequência, em diferentes escalas. Essas imagens podem ser recursos úteis para auxiliar no zoneamento de atividades urbanas, na identificação de novas áreas de crescimento urbano, no monitoramento periódico de focos de desmatamento ou invasão de mananciais etc. Veja na Figura 14.

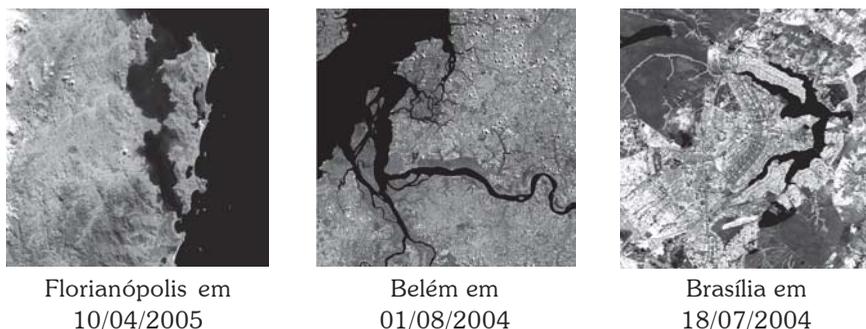


Figura 14: Seleção de algumas imagens de satélites de capitais brasileiras
Fonte: <http://www.cbbers.inpe.br/?content=galeria_imagens_capitais>

Existe ainda uma série de outros sítios onde podemos buscar informações sobre diferentes temáticas de interesse para Políticas Públicas. São sítios de Ministérios e de outras organizações, como

**Saiba mais****Outros órgãos**

Conheça mais sobre as instituições estaduais de estatística e o conjunto de suas pesquisas e informações existentes através do texto de Jannuzzi e Gracioso (2002), publicado na *Revista São Paulo em Perspectiva*, que pode ser acessado no portal de artigos científicos brasileiro SCIELO – <www.scielo.br> – entrando na relação de periódicos por ordem alfabética.

as reunidas pela Associação Nacional de Instituições de Planejamento Pesquisa e Estatística (ANIPES) – a partir da qual se pode ter acesso a [outros órgãos](#) produtores de dados e indicadores nos estados e municípios brasileiros. Conheça algumas destas fontes de informações relacionadas no Quadro 12.

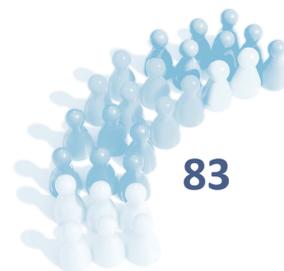
FONTE	Sítio	CONTEÚDO
IBGE	< www.ibge.gov.br >	Estatísticas sociais e econômicas diversas, em diferentes níveis de atualização e desagregação territorial, acessíveis nas publicações, no @Cidades, Sidra e BME
Órgãos estaduais de estatística	< www.anipes.org.br >	Pelo sítio da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística pode-se acessar os órgãos estaduais e as informações dos mesmos
Ministério da Saúde	< www.datasus.gov.br >	Estatísticas de Mortalidade por Causas Atendimentos no SUS Registro de Vacinações
Ministério da Educação	< www.inep.gov.br >	Estatísticas Educacionais Docentes e Equipamentos Avaliação de Desempenho Educacional
Ministério do Trabalho	< www.mte.gov.br >	Estatísticas Mensais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados Relação Anual das Informações Sociais

Quadro 12: Algumas das principais fontes de informação estatística e indicadores
Fonte: Elaborado pelo autor

FONTE	Sítio	CONTEÚDO
Ministério do Desenvolvimento Social	<www.mds.gov.br>	Indicadores de Pobreza e Indigência Acesso aos Programas de Transferência de Renda
Ministério da Previdência Social	<www.mpas.gov.br>	Benefícios e Auxílios Concedidos Contribuintes Acidentes de Trabalho
Ministério das Cidades	<www.cidades.gov.br>	Sistema Nacional de Informações sobre Cidades <i>Deficit Habitacional</i>
Secretaria do Tesouro Nacional	<www.stn.fazenda.gov.br>	Transferências de Recursos Execução Orçamentária Receitas e Despesas Municipais
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	<www.dpi.inpe.br >	Imagens de satélites com diferentes resoluções para acompanhamento da ocupação urbana, monitoramento ambiental etc.

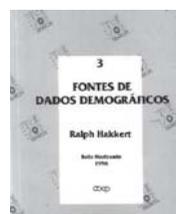
Quadro 12: Algumas das principais fontes de informação estatística e indicadores
Fonte: Elaborado pelo autor

Os avanços obtidos na produção das estatísticas públicas e indicadores sociais no país ao longo do século XX foram bastante expressivos. Contudo, há muitas lacunas a preencher e deficiências a corrigir, especialmente quando se toma como paradigma o sistema de produção de estatísticas presente em países desenvolvidos, como EUA, Canadá ou França, ou ainda, sob certos aspectos, quando se tem em referência o sistema de estatísticas públicas de outros países em desenvolvimento, como Chile e México. Para superarmos tais desafios precisamos garantir o financiamento das agências estatísticas e a natureza intrinsecamente pública e gratuita da Informação Estatística. Indicadores sociais, estatísticas econômicas, dados demográficos constituem-se em bens públicos, cujo uso pelos agentes públicos, privados e sociedade civil organizada deve ser estimulado e subsidiado, em função dos efeitos positivos em termos de eficiência, eficácia e efetividade social dos planos de governo e políticas sociais.



Complementando.....

Amplie seus conhecimentos sobre Pesquisas Sociais e Estatísticas Públicas em:

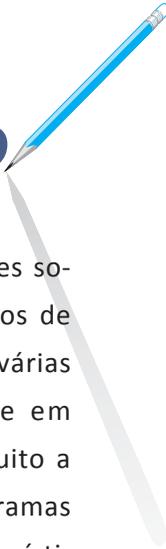


- 📌 IBGE. *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro: 2003. 553 p.
- 📌 HAKKERT, R. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: ABEP, 1996. 47 p. Disponível para download em: <www.abep.org.br>.
- 📌 SENRA, N. *História das Estatísticas Brasileiras*. v. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 950 p.

E, para conhecer mais sobre as estatísticas públicas disponíveis em outros países acesse:

- 📌 Estados Unidos: <www.fedstas.gov> – Portal que disponibiliza acesso às mais de 80 diferentes instituições que produzem ou sistematizam informação estatística ou informação proveniente de cadastros e registros públicos; <www.census.gov> – Sítio da principal Agência Estatística dos EUA; e <www.bls.gov> – Sítio da Agência de Estatísticas do Trabalho dos EUA.
- 📌 Canadá: <www.statcan.gc.ca> – Sítio da Agência Estatística do Canadá.
- 📌 França: <www.insee.fr> – Sítio da Agência Estatística da França.
- 📌 México: <www.inegi.org.mx> – Sítio da Agência Estatística do México.

Resumindo



Nesta Unidade 2, aprendemos que os indicadores sociais são construídos a partir da combinação de dados de pesquisas de diferentes naturezas e produzidos por várias instituições. Vimos que há um esforço crescente em disponibilizar esses dados na internet, ampliando muito a capacidade de elaboração de diagnósticos para programas sociais. Contudo, precisamos conhecer bem as características dessas fontes de dados para que se possa construir indicadores consistentes e confiáveis.

Aprendemos também que entre essas pesquisas destacam-se os Censos Demográficos, pela abrangência temática, cobertura total do território e por se constituir na principal fonte de dados e indicadores em nível municipal no Brasil. As pesquisas amostrais e institucionais do IBGE, os registros de procedimentos administrativos e cadastros públicos dos Ministérios e outras instituições também constituem-se em acervo importante para a produção de informação relevante para diagnósticos socioeconômicos e monitoramento da ação governamental.



Atividades de aprendizagem

Para que possamos nos certificar de que o conteúdo abordado até aqui foi compreendido, separamos algumas questões para você responder. Caso encontre dúvidas em alguma questão, volte, releia o texto e também conte conosco para auxiliá-lo.

1. Busque o questionário do Censo Demográfico na biblioteca ou no sítio do IBGE e especifique os temas e subtemas investigados no mesmo. Há no Censo informações que você julga relevantes para algum programa público ou para dimensionar questões sociais em seu município?
2. Quais as semelhanças e diferenças da PNAD e dos Censos Demográficos? Os temas investigados são semelhantes? As amostras da PNAD e as do Censo têm o mesmo tamanho?
3. A MUNIC levanta anualmente a quantidade de servidores públicos, a escolaridade e condição de estatutários dos mesmos. Consulte as informações disponíveis para dois anos específicos e analise a mudança, para um município de seu conhecimento. É possível perceber alguma mudança na capacidade de gestão ou no provimento dos serviços neste município, para melhor ou pior, em função do aumento, estabilidade ou diminuição do quadro de servidores?
4. Consulte algumas das publicações na biblioteca ou nos sítios relacionados no Quadro 12 e sistematize uma análise comparativa de alguns dados e indicadores municipais ou estaduais em relação aos resultados do Brasil. O município ou estado escolhido apresenta-se melhor nos indicadores sociais que na média nacional?